

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 2ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 34ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissão

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – MANIFESTAÇÃO

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019; discursos dos deputados André Quintão e Cristiano Silveira; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado Mauro Tramonte, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências. Designado relator em Plenário, o deputado João Magalhães fez uso do prazo regimental e emitiu parecer sobre o projeto e as emendas recebidas antecipadamente, opinando pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1, apresentado pelo governador do Estado, e as Emendas nºs 21, 22, 23, 26, 61, 69, 70, 71, 75, 82, 84, 101 a 104, 145, 147, 148, 149, 160, 164, 174, 177, 204, 205, 207, 211, 222, 243, 244, 245, 247, 249, 253, 255, 260, 261, 262, 264 e 265, tendo o relator opinado pela rejeição das demais emendas apresentadas. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para continuar a discutir, o deputado André Quintão, que ainda dispõe de 12min50s para o seu pronunciamento.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputado Agostinho Patrus; deputadas e deputados; cidadãos e cidadãos que acompanham os trabalhos da Assembleia; telespectadores da TV Assembleia; assessores e assessoras presentes; continuaremos, a fazer a discussão desse projeto, primeiramente recuperando o que já dissemos na reunião passada sobre a abordagem que o Bloco Democracia e Luta tem adotado ao discutir a crise fiscal e os seus desafios em Minas Gerais. Entendemos que a proposta de reforma administrativa em tramitação não resolverá o problema, é absolutamente secundária e chegou com um conteúdo que trazia pouca economia e desorganizava muito os serviços públicos. Em razão disso, tivemos o cuidado de realizar várias audiências públicas, com vários segmentos, em várias comissões temáticas, além da própria audiência pública que discutiu o conjunto da proposta da reforma, e apresentamos uma pauta em cima da qual fomos trabalhando emendas e fazendo negociações também com o Executivo. Chegamos hoje, aqui, nesta discussão já em Plenário, em regime de urgência, com algumas conquistas, por exemplo: a retirada do projeto que extinguiu a Escola de Saúde Pública. Essa é uma vitória importante, porque o governo estava cometendo um erro contra o SUS em Minas Gerais. A Escola de Saúde Pública é patrimônio dos mineiros. São mais de 70 anos e 300 mil pessoas beneficiadas com formação para o fortalecimento do SUS. E não haveria nenhuma economia com a sua extinção e transformação em subsecretaria. Ou seja, é o exemplo nítido do que eu disse: economia, nesse caso, nenhuma, mas desorganização do serviço público. Ao se transformar, como previa a proposta original, em subsecretaria, poderia trazer mais morosidade aos processos existentes. A outra questão é a manutenção do Ipsemg na Seplag, que é a Secretaria de Planejamento. O governo queria transferi-lo para a Secretaria de Fazenda. Sabemos que a simples manutenção dele na Seplag não resolverá o problema, mas, com certeza, sua transferência para a Secretaria de Fazenda será um passo, infelizmente, muito perverso e negativo, que seguirá rumo ao seu fim. Então agora nossa luta é pela autonomia financeira, administrativa, pelos repasses regulares, mas também por uma emenda importante que foi acolhida. Da mesma maneira lutamos pela permanência do Centro Mineiro de Referência em Resíduos na estrutura do sistema ambiental do Estado. São emendas que acresceram competências à agricultura familiar, ao desenvolvimento agrário, aos direitos humanos, ao Sistema Único da Assistência Social, à manutenção das 22 diretorias regionais da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social. E temos ainda algumas questões a serem resolvidas. Ontem mesmo, o deputado Cristiano realizou uma importante audiência pública porque

entendemos que a proposta de reforma, da forma como está, pode prejudicar a implementação do plano estadual de cultura, da mesma maneira que o segmento de turismo quer ter o seu espaço próprio de trabalho. Então são duas áreas que não querem a fusão: a área da cultura e a área do turismo – e todas as duas são muito importantes, inclusive, não só do ponto de vista da dimensão do plano simbólico da identidade cultural mas também das possibilidades de recuperação econômica de maneira diversificada em Minas Gerais. Então ainda temos emendas que serão discutidas aqui, no Plenário, e também há a questão da escola em tempo integral. Esse é um assunto, para nós, muito relevante e pertinente à área de políticas públicas. Já que estamos discutindo a reforma administrativa, queremos discutir também as iniciativas, as diretrizes que o governo vem adotando até aqui. Infelizmente, muitas dessas iniciativas não compreendem o que o Estado precisa de fato e merece. Eram atendidos 111 mil crianças e jovens no ano passado, na escola em tempo integral. O governo anunciou o cancelamento desse programa. Depois, por meio de um entendimento aqui, em audiência pública, reduziu esse número para 30 mil crianças e jovens, ou seja, temos ainda 81 mil crianças fora do programa. Temos emendas já apresentadas por vários deputados. Estão aqui o deputado Cássio, a deputada Beatriz, o bloco, tocando nesse assunto e buscando reverter essa decisão. Então nós esperamos. Não votamos na quinta-feira e esperamos uma negociação, algum sinal do governo no sentido de rever essa decisão porque é muito importante a escola em tempo integral. Ela está no nosso Plano Estadual de Educação porque tem um caráter social, envolve o direito humano à alimentação, está no contraturno, quando há o apoio pedagógico e a possibilidade de melhoria do desempenho cognitivo e educacional. É evidente que essa não é uma matéria tão apropriada, do ponto de vista do centro do debate da reforma administrativa, mas politicamente, para nós, aqui, na Assembleia, é sim. O deputado e a deputada têm um papel de representação. Quando você representa, você representa o interesse dos mineiros e das mineiras. Então aquelas escolas, aquelas comunidades que serão prejudicadas estão procurando os deputados e as deputadas. Seria importante um avanço do governo nesse retorno. Nós temos nos empenhado, inclusive com o aval do presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, no sentido de sensibilizar o governo. E esperamos que, até o encerramento da discussão, até o início da votação do projeto de reforma, possamos ter alguma sinalização de acolhimento dessa preocupação da Assembleia. Nós esperamos isso para que possamos também concluir a votação. Entendo também que temos matérias importantes de deputados e de deputadas na pauta. Temos um debate sobre a recuperação fiscal. Esse, sim, trará muita polêmica. Nós já adiantamos aos representantes do governo que não concordamos com essa adesão ao regime de recuperação fiscal, nos moldes em que Minas está discutindo, de privatização da Cemig e da Copasa, de desmonte de políticas públicas. Nós queremos que o governo federal repasse para Minas os recursos da Lei Kandir – temos R\$3.000.000.000,00, R\$4.000.000.000,00 por ano a receber, um passivo de mais de R\$100.000.000.000,00 – e nós queremos fazer um reexame nos regimes especiais de tributação, que, só para 2019, levam R\$4.600.000.000,00 do Estado. Queremos rediscutir o pacto federativo e fazer outro debate, e não desmontar a máquina pública. Imaginem vender a Cemig, por exemplo, por R\$3.000.000.000,00, R\$4.000.000.000,00 e pagar a folha de salário do funcionalismo de um mês. Entregar um patrimônio público para isso? Então, essa discussão, sim, vamos fazer de maneira muito intensa na Assembleia. Há alguns meses a reforma está tramitando, e demos as nossas contribuições. Já mencionei algumas aqui; boa parte foi acolhida no processo interno de negociação com a base de governo. Além disso, aperfeiçoamentos foram feitos. Então, esperamos que isso seja mantido até o momento da votação e aguardamos esse retorno mais objetivo por parte do governo sobre a escola em tempo integral. Temos questões que, provavelmente, serão objeto de discussão no Plenário, como a nossa própria posição contrária à fusão da Secretaria de Cultura com a de Turismo, mas entendo que o tempo está chegando rápido no sentido de votarmos e enfrentarmos outras pautas. Portanto, acho importante que intensifiquemos esse processo de negociação para que, com alguma sinalização do governo, encerremos esse capítulo. Agora repito: o governo criou expectativa ilusória em relação à reforma. A reforma administrativa não economiza R\$1.000.000.000,00 em quatro anos nem R\$250.000.000,00 por ano. A proposta de reforma que o governo encaminhou economiza R\$30.000.000,00 por ano – talvez saia um pouco mais porque a Assembleia a melhorou; há gordura em que o governo não mexeu, mas a Assembleia vai mexer. Talvez a economia suba pela mão da Assembleia, e não do governo. Agora sabemos que, quanto ao déficit de R\$11.300.000.000,00 previstos no orçamento, se criou toda uma expectativa ilusória, como em outras coisas – venda de

avião, recolhimento de quadro de ex-governador, concessão de medalha. Quer dizer, fica parecendo para a população que essas medidas resolverão o problema da crise estrutural que se arrasta desde a renegociação da dívida de Minas Gerais, ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, referente à privatização dos bancos públicos. Então, temos uma crise estrutural que remonta à década de 1990 e a ilusão do governador de que, vendendo avião ou aprovar a extinção de secretarias, resolverá o problema de Minas Gerais. Quem dera se resolvesse! Se fosse assim, se isso resolvesse todos os problemas do povo de Minas Gerais, já teríamos votado essa reforma em um dia. Então, estamos fazendo a nossa parte e apresentamos as nossas propostas. Algumas serão discutidas e votadas em Plenário, e outras já foram acolhidas pelo relator. Aguardamos algum retorno mais efetivo sobre a questão da escola integral e estamos preparados para fazer um debate estratégico sobre os rumos de Minas Gerais. Somos contra o desmonte das políticas públicas e a entrega do patrimônio público de Minas Gerais. A nossa relação com o governo federal tem que ser de respeito com o Estado de Minas Gerais, e não de subserviência a um presidente que não tem responsabilidade alguma com o nosso país. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira* – Muito bem! Bom dia, colegas deputados e presidente! Quero conversar um pouco com os companheiros sobre a importância do que vamos votar na Casa: a reforma administrativa. Nós, da oposição, temos dito que todo governo, quando vence as eleições, deve organizar a estrutura da sua administração a contento do modelo, do projeto vitorioso. Quanto a isso, não temos discordância: todos os governos o fizeram, inclusive o nosso, que se encerrou no final do ano passado. Também é louvável o governo ter o esforço de fazer uma reforma com a intenção de economia de recurso público, e sobre isso também não temos divergência. A divergência começa, presidente, quando um projeto que é enviado a esta Casa não traz, de forma expressiva, significativa, a economia que propõe, e, por outro lado, sinaliza a destituição de órgãos importantes da estrutura administrativa, que cuidam da política pública. Sempre temos dito isso. Mais que a questão da estrutura, o importante é a preservação da política pública. Então, se há de se alterar, modificar e extinguir, que seja aquilo que não é relevante para o Estado de Minas Gerais. Cito vários momentos. É claro que, desde o início do debate, deputada Marília, lá atrás, que começou nas comissões que fizeram audiências, acho que tivemos alguns avanços. O deputado André Quintão, que me antecedeu, falou do avanço de o governo retirar de tramitação o fim da Escola de Saúde Pública como uma autarquia. Da mesma forma, é importante a manutenção do Ipsemg na Secretaria de Planejamento, que é onde é feita a gestão de pessoal. Agora, mais que discutir onde o Ipsemg deve estar é garantir que ele tenha recursos para honrar seus compromissos relativos à prestação do serviço e da assistência ao servidor público. Hoje existe a composição do servidor, a coparticipação, mais o repasse do Estado. O Ipsemg hoje está sendo mantido pela parte do servidor e a coparticipação, mas o Estado faz a retenção dos recursos. Sabemos que a crise impõe ao Estado dificuldades que talvez o levem a adotar medidas como essas, mas temos que entender que, lá na ponta, está ocorrendo a desassistência e agora, de maneira robusta, um número grande de prestadores de serviços começam a sinalizar o encerramento ou a suspensão desses atendimentos. Então o sinal vermelho está aceso. E eu poderia falar de várias outras áreas. Estou solidário com os amigos deputados que são representantes do Norte e do Vale do Jequitinhonha, a respeito da importância do papel da Sedinor na execução de políticas públicas naquela área. Também temos a preocupação com as políticas que eram executadas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Social, como a política para a mulher, a política para o idoso e a questão da igualdade social e da juventude. Então precisamos que isso seja garantido nessa reforma; que a política pública seja garantida. Ontem, presidente, realizamos uma audiência pública na Comissão de Participação Popular, e o deputado Mauro Tramonte esteve conosco e fez uma importante intervenção, assim como o deputado Cleiton, o deputado Professor Irineu, que hoje é o presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. O que discutimos, presidente? A fusão destas duas secretarias: de Cultura e de Turismo. Apresentamos uma emenda para a manutenção da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Turismo, assim como também o fizeram outros colegas deputados que apresentaram emendas nesse sentido – alguns apresentaram emendas relativas à Secretaria de Cultura, e outros, como eu, apresentaram emendas à manutenção da Secretaria de Turismo. A questão colocada não é somente a de demarcação de posição na Casa. Não estamos fazendo a

defesa dessas duas secretarias porque somos contra o governo fazer esforço de economizar; não estamos apresentando isso porque estamos, de pirraça, como oposição, querendo obstruir votação ou colocar despesas para o governo: fizemos uma construção de pensamentos. Quero pedir aos colegas deputados que prestem bastante atenção ao que estamos dizendo, porque vão chegar à mesma conclusão que nós: se, de um lado, a fusão das secretarias significa o esforço de economia de receita, nós identificamos, analisando o orçamento e a execução orçamentária do ano passado, que essa economia não é expressiva, não é robusta e não é interesse do serviço público. Por que estamos dizendo isso? Porque a execução orçamentária da Secretaria de Cultura, exercício 2018, foi, em termos percentuais, 0,0048%, pouco mais de R\$40.000.000,00 para um orçamento de R\$90.000.000.000,00, deputado Betão. Já, no lado do turismo, ela foi de 0,008%, pouco mais de R\$8.000.000,00. Vejam que, pela lógica do esforço, são duas secretarias muito importantes para Minas Gerais. A Secretaria de Cultura é importante porque o nosso estado é o que detém o maior acervo de tombamentos do Patrimônio da Humanidade pela Unesco – vejam o entorno do complexo da Pampulha, Congonhas e outros vários. Minas Gerais é um estado que tem cerca de nove parques nacionais. Na lógica da cultura, é o terceiro maior estado em número de museus, possui várias bibliotecas. Minas tem hoje o Plano Estadual de Cultura, que foi aprovado no ano passado e define a existência de uma área específica para se fazer a gestão e execução desse plano e a das políticas de cultura. Minas Gerais, na lógica da cultura, caminha forte na economia criativa; gera muito emprego e renda nesse setor. A cultura no nosso estado, deputado Elismar Prado, militante dessa área, significa a memória, significa a identidade, significa a economia criativa, significa a nossa história. Então, Minas Gerais é um estado importante, o da Inconfidência Mineira, o de grandes escritores, grandes pensadores, grandes artistas, tanto populares quanto eruditos. Eu, que venho de uma cidade em que há duas orquestras bicentenárias, quero chamar a atenção dos colegas: não podemos desconstruir o que foi feito na Secretaria de Cultura. Desde o governo Itamar, Minas sempre teve a Secretaria de Cultura. Quero consultar o presidente: regimentalmente, posso conceder aparte na minha intervenção ao deputado Mauro Tramonte? Concedo aparte ao deputado Mauro Tramonte.

O deputado Mauro Tramonte (em aparte)* – Deputado Cristiano, é o seguinte: ontem, brilhantemente, você fez aquela audiência pública, que foi superimportante para esclarecer muitos fatos. Na realidade, fiz as Emendas nºs 157 e 158, mas a Comissão as rejeitou alegando que seria aumento de despesa; entretanto, não é aumento, e sim manutenção de tudo isso. Então, não passaram, mas, pelo menos, a nossa luta está registrada aqui, junto com a de V. Exa. Tudo o que o senhor falou referente ao turismo e à cultura, assino embaixo – e tenho certeza de que todos assinam; seu posicionamento está certíssimo. Lamento que a pessoa que assume a pasta da Secretaria de Turismo venha a uma reunião e fale, entre outras coisas, que não aceita indicações políticas internas e muito menos externas em sua secretaria. Ele enfatizou que foi procurado por muitos deputados com indicações e que simplesmente as joga fora porque não faz esse tipo de política. O assessor do deputado Professor Cleiton foi a essa reunião. Lamento que ele tenha falado isso. Jamais pedi e jamais pedirei qualquer cargo lá. O que nos interessa – e o senhor está como muitos aqui – é fazer com que a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Cultura tenham vida própria. Vamos pedir ao nobre secretário de Turismo, quando vier à próxima reunião que faremos no mês que vem, que se posicione sobre isto: ele joga fora as indicações. É lamentável o posicionamento desse cidadão, que ainda cita os deputados, não é, Noraldino? Obrigado.

O deputado Cristiano Silveira* – Deputado Mauro Tramonte, vou conceder aparte ao deputado Noraldino Júnior, mas queria fazer uma deferência a seu compromisso com essa agenda, com esta pauta: cultura e turismo. O senhor também é coautor dessa proposta que vamos destacar em Plenário. Estou falando do deputado mais votado em Minas Gerais, que recebeu mais de meio milhão de votos. O senhor fala em nome de mais de meio milhão de mineiros, e isso tem um peso, é importante para nós. Então, que o governo possa ter atenção à posição do senhor.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Quero parabenizá-lo, deputado, pelas suas intervenções. Quero também chamar a atenção dos nobres colegas para um assunto de extrema importância: os impactos da reforma administrativa em relação ao meio ambiente com as mudanças na Pasta de Meio Ambiente. Fizemos uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e trouxemos aqui representantes da secretaria. Eles foram enfáticos: a Secretaria de Meio Ambiente, deputado Cristiano Silveira, com a

estrutura e com a capacidade técnica que tem hoje, não suporta o cumprimento das atribuições anteriores. Tampouco suporta o cumprimento das atribuições da lei aprovada nesta Casa, Mar de Lama Nunca Mais, com as outras atribuições que estão sendo impostas com a reforma administrativa. Então, queria chamar a atenção do governo e pedir a ele que seja feita uma avaliação – tem que vir do governo, não pode ser uma iniciativa desta Casa – para que olhe com outros olhos a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Gostaria também que se desse condições a essa secretaria para que seja cumprida a legislação atual, principalmente, deputado Cristiano Silveira, a Lei Mar de Lama Nunca Mais. Ficou explícito que a Secretaria de Meio Ambiente não tem condições de cumprir a lei aprovada nesta Casa, que tem sido referência para todos os Estados. Então, deixo essa manifestação aqui. Não contemplar com cargos técnicos e não estruturar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente é favorecer todos os empreendimentos que querem trabalhar de forma irregular. Isso é lógico! Se não há técnico para questionar nem para fiscalizar; se não há fiscais, deputado Cristiano Silveira, se não há hidrólogos... Estamos tendo problemas sérios com relação a minas, e não temos hidrólogos, não temos engenheiros de minas, não temos fiscais. É necessário que o governo dê essa resposta, que dê estrutura à Secretaria de Meio Ambiente para que possa fazer com que as leis sejam cumpridas e dar segurança aos mineiros. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Serei bem rápido, até porque teremos mais tempo durante o debate do projeto do governo. Queria dizer aos meus pares – sei que o deputado também tem emendas importantes a serem apreciadas, e a deputada Marília até pediu para falar – qual a emenda que o deputado Duarte Bechir apresentou a esse projeto. Há, em vários municípios de Minas Gerais, os distritos industriais que foram construídos pela Codemig. A Codemig vendeu aos empresários esses terrenos, Inácio. Muitos empresários os compraram, eles pagaram integralmente pelo seu terreno no distrito industrial, seja em Betim, seja em Passos, seja em muitas outras cidades. Agora, em junho, vence o prazo para que essas empresas estejam funcionando devidamente nesses distritos industriais. As obras de algumas delas já avançaram, já têm 70%, 80% concluídos. Mas algumas, por falta de capital, e outras, por falta de licenças ambientais ou aprovação de projetos, não concluíram suas edificações e as empresas não iniciaram o funcionamento. O que a Codemig quer agora? Ela quer pegar esses distritos industriais e doar aos prefeitos, simplesmente repassar aos prefeitos. Serão os prefeitos que darão destinação àquele terreno. Em algumas cidades, deputado Cristiano, já até favelizaram aquelas localidades, aconteceram invasões, porque o prefeito, diferentemente da Codemig, ganha e vai fazer a política dele, do município. E a política do prefeito – não estou colocando que todos farão da mesma forma... Muitas vezes, existe um protecionismo municipal. Uma empresa vai ganhar aquele terreno, já com uma edificação, sem ter feito nada, e não tem nenhuma contraproposta. Qual é o pedido e a ideia deste parlamentar? Que os empresários que pagaram na totalidade pelo seu distrito – todos que pagaram 100% – recebam da Codemig e do governo a escritura. Essa escritura vem com a ressalva de que ele poderá, uma vez recebida a escritura, ir ao agente financeiro com o terreno na mão, conseguir o financiamento e ter um prazo para implementar o seu trabalho, a sua indústria e trabalhar. Queria pedir aos líderes – e já tenho o consenso de alguns – que essa emenda seja aproveitada, porque o prazo fatal é junho. Daqui a dois meses, a Codemig não terá mais responsabilidade, vai entregar esse distrito industrial aos prefeitos. E o que vai ser depois? Ninguém sabe – aliás, Só Deus sabe. Queria dizer que essa emenda é pertinente. Estamos falando de reforma do Estado, e a Codemig é o agente que tem como responsabilidade produzir riquezas aqui, além de ter criado o distrito industrial, que pode dar a esses empresários a alternativa de não perderem aquilo que já está pago. Então, senhoras e senhores, quero pedir a consciência dos nobres pares, das deputadas e dos deputados por essa emenda, que versa exclusivamente sobre a legalização de terrenos já comprados e totalmente pagos por empresários – e, na grande maioria, são pequenos empresários, não são grandes –, para que possam receber a escritura, terminar o seu projeto, gerar emprego, renda para Minas Gerais. Se, ao contrário, a prefeitura receber o terreno – para encerrar –, conforme eu disse, só Deus sabe que fim dará, como outros já deram: até casa construíram nesse terreno. Muito obrigado, Cristiano. Vamos votar o projeto hoje, com a emenda, se Deus quiser.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado Duarte. Vou conceder-lhe aparte, deputada Marília, mas, antes, gostaria de fazer uma consideração que me esqueci de falar na exposição inicial. Dialogando com os colegas deputados, cada um, na sua base, tem relação, tem ligação com produtores culturais, com gestores culturais, com movimentos culturais, com pessoas que

vivem da arte e fazem a preservação da nossa memória. Alguns, como eu, são de regiões turísticas. Sou da região do Campos das Vertentes, da Trilha dos Inconfidentes; há deputados do Sul de Minas, que são do Lago de Furnas; deputados que são ligados a parques nacionais. Então, deputada Marília, estou chamando a atenção porque o turismo está mais ligado à lógica do negócio, do desenvolvimento econômico que à sua própria lógica. Estamos juntando dois primos: um pobre e um miserável. Vejam o tamanho do orçamento de cada um! Estou defendendo o turismo, deputado Glaycon, e não sei se V. Exa. sabe que temos o terceiro melhor aeroporto do Brasil: o Aeroporto de Confins. Sua movimentação foi de mais de 6 milhões de passageiros no último ano. Minas Gerais, em termos econômicos, girou quase R\$6.000.000.000,00 na lógica do turismo. Olhem a empregabilidade nas agências de turismo, nos restaurantes, nas pousadas, nos hotéis, nas empresas de transporte. O governador precisa entender que não é a oposição, que não estou fazendo oposição, que não quero atrapalhar o projeto. Isso vale mais que o simbolismo de dizer que pegou vinte e poucas secretarias e está entregando 12. Isso é puro simbolismo; não é economia efetiva; está desestruturando o turismo, que pode ser também a saída para a crise de Minas Gerais. É a saída o desenvolvimento econômico, e cada centavo que se aplica em turismo volta como lucro, como emprego, como receita para o nosso Estado. Ou vamos ficar a vida toda dependendo da mineração? Ela, um dia, acaba – e vejam o que ela está nos trazendo. Então, Minas Gerais, que é um Estado que tem um grande potencial, com seus parques, com seu patrimônio, com seus eventos, com sua cultura, com sua gastronomia, tem de ter fomento. Deputada Rosângela, não sei se V. Exa. sabe, mas o Estado de Pernambuco, que tem um turismo pulsante, investiu mais de R\$40.000.000,00 em promoção de seus eventos. E faço agora uma autocrítica: no nosso governo, não se investiram nem R\$400.000,00. Agora, deputados, presidente, Minas tem um ministro, que é o do Turismo; o presidente da Embratur é mineiro; o presidente da Comissão do Turismo na Câmara dos Deputados, deputado do MDB, deputado Newtinho Cardoso, é mineiro; criamos aqui, na Assembleia, a Comissão Extraordinária do Turismo e da Gastronomia, porque estamos entendendo que o turismo tem de ter um tratamento diferenciado; e, exatamente no momento em que temos toda essa convergência, vamos dizer ao povo mineiro que queremos acabar com a Secretaria de Turismo, que ela vai passar a ser um apêndice da Secretaria de Cultura? São dois enamorados que querem continuar namorando, mas não querem casar. Eu ouvi isso do Fórum Mineiro de Cultura, da Federaminas, do sindicato do turismo, do Grupo Galpão, da associação. Eles querem continuar namorando, mas não querem casar. Então, companheiras e companheiros deputados, acho que precisamos fazer, de maneira tranquila e serena, essa reforma. Quem sabe o nosso companheiro Luiz Humberto pode ponderar com o governador, com o nosso relator João para que essa emenda seja considerada? Volto a dizer: ela não é problema, não é custo, mas o investimento necessário naquilo que temos como vocação.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Deputado Cristiano, parabeno-o por essa intervenção em defesa da manutenção da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Cultura, entendendo que são importantíssimas não só para valorizar o nosso patrimônio, que é também motivo de muito turismo, mas também para que tenhamos políticas públicas que pensem um novo modelo de desenvolvimento econômico para o nosso Estado. Espero, deputado Cristiano, que o governo tenha sensibilidade para acatar esse posicionamento e receber essa nossa contribuição como uma colaboração importante para a reforma administrativa, assim como já sinalizou aceitar emendas que propusemos no debate, a exemplo das relativas à manutenção da Escola de Saúde Pública e à vinculação do Ipsemg à Secretaria de Planejamento. Então, assim como ele teve sensibilidade para ouvir e acatar emendas tão importantes na proposta de reforma administrativa, que também tenha sensibilidade para acatar essa importante contribuição que V. Exa. apresenta neste debate. Deputado, nós precisamos encerrar esse debate sobre a reforma administrativa. Temos certeza de que não será ela que vai resolver os problemas de Minas Gerais. Estamos certos de que o que vai resolver os problemas de Minas Gerais é o acerto referente à Lei Kandir, é a negociação da dívida que Minas Gerais tem com a União. Então, é nesse sentido que faço um apelo: que votemos essa reforma administrativa hoje – não podemos mais postergá-la –, para que esta Casa, a Assembleia legislativa de Minas Gerais, envolva-se no debate que de fato interessa ao Estado, que é resolver o problema da Lei Kandir, é resolver o problema da dívida de Minas Gerais com a União, na perspectiva de trazermos um alento à economia mineira, que se encontra em situação lastimável.

Parabéns pela intervenção. Estamos juntos nessa luta em defesa da cultura e do turismo em Minas Gerais.

Questão de Ordem

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, vou pedir o encerramento da reunião. Ainda tenho alguns minutos, mas precisarei conversar com outros colegas que não estão presentes. Não há quórum para votação neste momento, e preciso continuar esta discussão à tarde, na presença de outros colegas. Assim, solicito que preserve o restante do meu tempo para o período da tarde e o encerramento da reunião.

O presidente – Fica preservado, então, o restante do tempo do deputado Cristiano Silveira: 7min45s.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/4/2019

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Questão de Ordem – Correspondência: Mensagem nº 19/2019 (encaminhando 38 emendas ao Projeto de Lei nº 367/2019), do governador do Estado; e de ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 676, 678, 684 e 685/2019 – Requerimentos nºs 907 a 910, 916 a 927 e 930 a 934/2019 – Requerimentos Ordinários nºs 386 a 388, 391, 394, 397, 412, 415, 417, 419, 420 e 422/2019 – Comunicações: Comunicação do deputado Sávio Souza Cruz – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Cleitinho Azevedo, Betão e Mauro Tramonte – Suspensão e Reabertura da Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Questão de Ordem; Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019; discursos dos deputados Cristiano Silveira e Doorgal Andrada – Decurso do prazo da reunião – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Delegado Heli Grilo, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

– O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Exa., aos líderes dos blocos desta Casa e ao próprio presidente, deputado Agostinho Patrus. O Substitutivo nº 2, que foi apresentado pelo relator, ainda guarda, Sr. Presidente, ainda traz consigo, no seu teor, uma série de incongruências, seja do ponto de vista da administração pública, seja do ponto de vista de órgãos sendo alocados em secretarias que não guardam consonância com aquela - eu diria - política pública a ser executada. Há a criação de um conselho com 26 participantes, um conselho enorme, presidente, que traz uma grande preocupação: estão arrebatando o projeto que nós, depois de muito apanhar do conjunto da sociedade, aprovamos no início desta legislatura, o projeto Mar de Lama, com que eu, o deputado João Vítor Xavier e outros colegas estivemos envolvidos diretamente, para chegar àquele texto. Pelo rascunho, pelo desenho que está apresentado tanto no projeto original quanto contemplado no Substantivo nº 2, do relator da reforma administrativa, o governador tira uma série de competências da Semad e cria um conselho por decreto, o que é outra excrescência. Parlamentar não pode aceitar isso de jeito nenhum; os deputados, o Legislativo é o poder genuíno para legislar. Então haverá várias remissões por decretos; questões serão resolvidas pela canetada do governador, na sua situação única, numa situação em que ele mesmo, sozinho, de portas fechadas, vai determinar. O decreto que cria o Conselho de Desenvolvimento Social terá os nomes indicados pelo governador e vai trabalhar, vai atuar no licenciamento de grandes empreendimentos ambientais no Estado. Isso, presidente, chega a ser uma pouca-vergonha. Não há outra palavra. Nós não podemos permitir que isso passe aqui, nunca. Essa matéria ainda não foi debatida pelo tempo necessário. Dr. Grilo, um conselho foi criado com 26 integrantes. Ontem publiquei isso no nosso bloco. Esse conselho visa atuar na defesa de direitos de combate à tortura no Estado e penas cruéis. Onde eles arrumaram essas penas cruéis no Estado? Na Constituição Federal, no rol dos capítulos e garantias fundamentais, que estão petrificadas no art. 5º? Não, não existe isso, porque a Constituição veda. Vinte e seis pessoas nesse conselho está errado, Dr. Grilo. Principalmente nós, que somos representantes dos órgãos de segurança pública, não podemos deixar isso passar. Deputado Mauro Tramonte, há a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, há a Promotoria de Direitos Humanos, há a Comissão de Direitos Humanos da OAB, há a Defensoria Pública, há a Corregedoria, há a Ouvidoria, há um número de instâncias de controle e fiscalização, e agora vai haver um conselho com 26 membros. Presidente, serão diversas remissões a decreto. Deputado tem de buscar, entender e ter um pouco de brio próprio; não pode permitir tantas remissões a decreto, porque legislador somos nós, não o Poder Executivo. Legisladores genuínos somos nós. É preciso que o governador explique o texto do seu substitutivo, da sua mensagem, porque há uma série de incoerências, incongruências. Por exemplo, Sr. Presidente: apenas o pessoal dos serviços notariais e de registro tratará de aposentadoria na Segov. Por qual motivo? E o restante? E os demais? Por que Segov, e não Seplag? Segov não é o local adequado. Tirando essa questão que já citei, presidente, entram os conselhos que são subordinados à Controladoria-Geral do Estado: nova remissão a decreto. Ou seja, ainda há muitas deformações no Substantivo nº 2. Verba indenizatória: não haverá indenização, mas haverá verba indenizatória. E como essas verbas indenizatórias serão pagas aos que serão contratados, a essas pessoas de notório saber que serão chamadas? Como isso

será disciplinado? Ora, estamos tratando da administração pública, não estamos tratando das lojas Zema. Não estamos tratando dos postos de gasolina, onde o privado trata essas questões com uma situação muito melhor. A questão da escola de tempo integral, presidente, já está pacificada. Não deixaremos passar. Se o governador insistir, vamos derrotá-lo aqui no Plenário, isso é fato. Entretanto, ainda há muitos pontos a serem esclarecidos, mais bem realocados na estrutura administrativa, com vistas, presidente, a um único propósito, que é o de dar efetividade às políticas públicas do nosso estado. Obrigado.

Correspondência

– O deputado João Leite, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 19/2019

– A Mensagem nº 19/2019 e as 38 emendas ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 367/2019 por ela encaminhadas foram publicadas na edição anterior.

OFÍCIOS

Do Sr. Alexandre Kalil, prefeito de Belo Horizonte, agradecendo convite para participar da audiência pública da Comissão do Trabalho em 24/4/2019 e justificando sua ausência ao referido evento. (– À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Hideraldo Rogério Santana, vereador da Câmara Municipal de Brumadinho, informando que gostaria de participar da CPI da Barragem de Brumadinho. (– À CPI da Barragem de Brumadinho.)

Do Sr. João Batista de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Madre de Deus de Minas, informando a composição da Mesa dessa Casa Legislativa para o biênio 2019-2020.

Da Sra. Aida Iris de Oliveira, diretora de Gestão Interna da Presidência da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 638/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Gilcélia Aparecida de Oliveira Ramos, chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Administração Prisional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.416/2018, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Roberto Coelho de Alvarenga, analista de Relações Governamentais da Vale S.A., prestando informações relativas ao Requerimento nº 470/2019, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Roberto Coelho de Alvarenga, analista de Relações Governamentais da Vale S.A., prestando informações relativas ao Requerimento nº 387/2019, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Roberto Coelho de Alvarenga, analista de Relações Governamentais da Vale S.A., prestando informações relativas ao Requerimento nº 179/2019, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 676/2019

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Campo Redondo e Região, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Campo Redondo e Região, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2019.

Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Justificação: A Associação dos Moradores do Campo Redondo e Região, com sede no Município de Araguari, tem como objetivo principal, trabalhar para o crescimento e o desenvolvimento da comunidade regional rural, buscando melhorias nas vidas de seus associados, constituindo uma força organizada, representativa, reivindicatória, junto aos Órgãos, Federal, Estadual e Municipal.

Além disso, a Associação organiza e promove atividades laborativas, associativas, assistenciais, educativas, preventivas e formadoras de mão de obra especializada, através de promoção de cursos, campanhas de arrecadação, mutirões, palestras, centros sociais, recreativos e outras atividades a fins.

Diante da importância das ações realizadas pela Associação, contamos com o apoio dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 678/2019

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Capinópolis o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Capinópolis o imóvel localizado na rua 100, entre as Ruas Ituiutaba e Monte Alegre, constituído de um terreno com área de 300m² (trezentos metros quadrados), distante 10m (dez metros) de frente para a Rua 100, 30m (trinta metros) do lado direito; 30m (trinta metros) do lado esquerdo; e nos fundos 10m (dez metros), com benfeitorias constantes de uma casa residencial de nº 1.338, com 143,25 m² (cento e quarenta e três metros quadrados e vinte e cinco décimos quadrados) de construção, registrado na Comarca de Ituiutaba, sob a matrícula nº 5.985, Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis de Capinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2019.

Deputado Elismar Prado, Vice-Líder do Bloco Democracia e Luta (Pros).

Justificação: O imóvel de que trata este projeto de lei foi incorporado ao patrimônio do Estado por doação do Município de Capinópolis, conforme disposto na Lei Municipal 992, de 23 de novembro de 1992, para fins de moradia de juiz de direito e promotor de justiça. Em face da não efetivação da finalidade prevista na lei que resultou na doação do terreno ao Estado, visto que o imóvel se encontra sem uso, objetiva-se a reversão patrimonial com o intuito de que o município possa utilizá-lo em conformidade com o interesse local e social, conforme defende o vereador Bernaldo Evaristo Cabral em expediente encaminhado ao nosso gabinete.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 684/2019

Autoriza a Secretaria de Segurança Pública ajudar e facilitar a emissão de carteira de identidade para os alunos das Escolas Estaduais no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Autoriza a Secretaria de Segurança Pública ajudar e facilitar a emissão de carteira de identidade para os alunos das Escolas Estaduais no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – A facilitação da carteira de identidade que se refere o "caput" desse artigo só é permitida na emissão da 1º(primeira) via do documento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2019.

Deputado Carlos Henrique

Justificação: Todo cidadão brasileiro desde o seu nascimento possui uma certidão de nascimento. Esse documento identifica o local de nascimento, os nomes dos pais, dos avós, a nacionalidade e, o principal, seu nome. Ao atingir uma idade mais avançada, além da certidão de nascimento, é fundamental tirar um documento menor, mas com a mesma finalidade de identificação. Esse Projeto de Lei tem como objetivo a facilitação da carteira de identidade dos alunos das Escolas Estaduais no âmbito do Estado de Minas Gerais.

RG é a sigla para Registro Geral, também chamado de carteira de identidade ou identidade, e trata-se de um dos principais documentos de identificação no Brasil. Este registro contém o nome da pessoa, uma numeração única para cada cidadão, o nome dos pais, a nacionalidade e o órgão em que o documento foi retirado. O uso da identidade é obrigatório na maioria dos serviços públicos, para aberturas de contas, solicitação de outros documentos, comprovação de dados são alguns dos processos que exigem a apresentação do RG.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 685/2019

Autoriza o Poder Executivo a criar os cargos que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na forma da lei, os seguintes cargos no quadro geral de Cargos da Secretaria de Estado de Educação para atuar em todas as escolas estaduais:

I – Guarda Escolar;

II – Psicólogo Educacional e Escolar;

III – Coordenador Disciplinar.

Parágrafo único – Os cargos deverão ser providos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 2º – O quantitativo dos cargos, as atribuições e progressões da carreira, deverão ser feitos mediante regulamento do Poder Executivo.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2019.

Deputado Doorgal Andrada

Justificação: O presente projeto tem por objetivo instar o Poder Executivo a criar no âmbito da Secretaria de Educação, três cargos, de provimento efetivo, que há muito são desejados por todas as escolas do Estado.

O cargo de Guarda Escolar, terá a atribuição de atuar na segurança do prédio da escola e dos seus arredores.

O cargo de Psicólogo Educacional e Escolar, atuará no acompanhamento psicológico de alunos e professores, evitando que a sobrecarga sobre Diretoras e Vice-Diretoras.

O cargo de Coordenador Disciplinar, que tem como objetivo atuar na prevenção e repreensão de ataques ou ofensas de qualquer natureza entre discentes e docentes.

Pelo exposto contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 907/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e às Secretarias de Estado de Segurança Pública – Sesp – e de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para que sejam apuradas, com brevidade, as denúncias trazidas durante audiência pública realizada da Comissão de Segurança Pública em 9/4/2019, que debateu os problemas enfrentados pelos servidores do sistema prisional mineiro, notadamente a ocorrência de assédio moral no âmbito da Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior e do presídio de João Pinheiro.

Nº 908/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais pelo Dia do Contabilista, comemorado no dia 25 de abril. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 909/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, às Secretarias de Estado de Segurança Pública – Sesp – e de Administração Prisional – Seap – pedido de providências com vistas à transferência do Sr. Rodrigo Antonio Rabelo de Lima, agente de segurança penitenciária, Masp 1.203.102-7, atualmente lotado no presídio de Araxá, para João Pinheiro ou Patos de Minas, por razões familiares.

Nº 910/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e ao governador do Estado pedido de informações sobre a instituição hospitalar a ser indicada por essa secretaria e pelo governo do Estado para receber as crianças com atrofia muscular espinhal – AME –, que deverão ser atendidas em centros de referência devido à incorporação do medicamento Nusinersena para tratamento da AME Sq tipo I pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias – Conitec –, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 916/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações, a serem entregues na audiência pública da comissão, que será realizada em 30/4/2019, consubstanciadas em estudo de impacto financeiro para o Município de Belo Horizonte, nos últimos cinco anos, em decorrência da não exigência, apenas para esse município, dos documentos previstos no art. 1º da Portaria nº 408, de 2017, do Detran-MG, que estabelece que, junto com a documentação exigida para o registro de veículo automotor (ficha cadastral), ou quando da alteração de dados com troca de placas alfanuméricas de identificação veicular, será indispensável a apresentação de cópia da nota fiscal referente à compra da placa ou tarjeta emitida em nome do adquirente, documento fiscal fornecido necessariamente por estabelecimento devidamente credenciado pelo Detran-MG para atividade de confecção de placas e tarjetas automotivas, além da necessidade de apresentação do documento original de autorização de fabricação de placa ou tarjeta emitido pelo Sistema de Fábrica de Placas – Sifap –, bem como informação sobre o número total de veículos emplacados no município nos últimos cinco anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 917/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações consubstanciadas em lista com a razão social e o endereço dos fabricantes ou estampadores localizados no Município de Belo Horizonte, a ser entregue na próxima audiência pública da comissão, que será realizada em 30/4/2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 918/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cruzeiro Esporte Clube pela conquista do Campeonato Mineiro de Futebol em 2019.

Nº 919/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado a Secretaria de Estado de Esportes – Seesp – pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na infraestrutura e na manutenção do Estádio Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho).

Nº 920/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria Especial de Esportes, do Ministério da Cidadania, pedido de providências para que encaminhe a todos os municípios mineiros a cartilha por ela publicada em abril, que contém informações sobre todos os programas disponíveis na área do esporte e apresenta a definição de cada programa, seu público-alvo e a forma de pleitear os recursos disponíveis.

Nº 921/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. pedido de informações sobre os critérios adotados para o estabelecimento dos preços dos alimentos e das bebidas comercializados durante as partidas de futebol realizadas no Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão; e sobre os valores atualmente cobrados pelos referidos alimentos e bebidas.

Nº 922/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que priorize a escolha dos servidores públicos estaduais ocupantes de cargo efetivo na Secretaria de Planejamento e Gestão, na Secretaria de Estado de Educação, na Fundação João Pinheiro, na Advocacia-Geral do Estado e nos demais órgãos estaduais no processo seletivo para provimento dos cargos de recrutamento amplo na administração pública direta e indireta do Estado, conforme promessa feita pelo então candidato e agora governador, de valorização dos servidores públicos estaduais de carreira.

Nº 923/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que se apurem as denúncias de desvio de recursos do caixa do Ipsemg, o que vem gerando danos aos usuários, especialmente pela suspensão dos atendimentos pelo Hospital Evangélico.

Nº 924/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – pedido de providências para que a agência do INSS de Espera Feliz tenha condições de atendimento em perícias médicas da população no próprio município. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 925/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que se iniciem as aulas nas escolas indígenas do Estado. (– À Comissão de Educação.)

Nº 926/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 927/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação dos candidatos que, em virtude da suspensão do concurso público para admissão ao curso de formação de soldados para o ano de 2019, alcançarão a idade limite prevista em edital, uma vez que, com a suspensão do concurso, aqueles que se classificaram, participaram do concurso e se encontram no limite de idade prevista no edital, questionam sobre os requisitos legais para ingresso no Curso de Formação de Soldados da PMMG, previstos no art. 5º da Lei nº 5.301, de 16/10/1969, constante do item 2, 2.1. – “são requisitos legais para ingresso no Curso de Formação de Soldados da PMMG:

(...) alínea d) ter entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos de idade na data da inclusão, prevista para o dia 11 de fevereiro de 2019 para os candidatos às vagas para BH/RMBH e dia 20 de maio de 2019 para os candidatos do interior". (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 930/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da MGS Serviços pedido de informações sobre a real situação da empresa, especificando o número de funcionários, sua lotação e remuneração e natureza dos cargos ocupados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 931/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Governo pedido de informações sobre o Projeto de Lei nº 367/2019, no que diz respeito à extinção da Superintendência de Gestão de Estruturas Esportivas sem a explicitação de qual órgão ou unidade administrativa assumirá as atribuições dessa superintendência. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 932/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre valor total da dívida do Estado com o Ipsemg, especificando desde quando a contribuição patronal de 1,6% para a assistência à saúde não está sendo repassada ao Instituto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 933/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a organização da Rede de Atenção Psicossocial no Estado, contendo todas as pactuações, os pontos de atenção mantidos e aqueles a serem implantados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 934/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as diretrizes da Política de Saúde Mental no Estado, bem como o planejamento orçamentário destinado à sua execução para o ano de 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 386/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.271/2018, do deputado Paulo Guedes.

Nº 387/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.265/2018, do deputado Paulo Guedes.

Nº 388/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.264/2018, do deputado Paulo Guedes.

Nº 391/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.260/2018, do deputado Paulo Guedes.

Nº 394/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.043/2018, do deputado Paulo Guedes.

Nº 397/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.994/2018, do deputado Paulo Guedes.

Nº 412/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.273/2017, do deputado Paulo Guedes.

Nº 415/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.166/2017, do deputado Paulo Guedes.

Nº 417/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.061/2017, do deputado Paulo Guedes.

Nº 419/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.059/2017, do deputado Paulo Guedes.

Nº 420/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.045/2017, do deputado Paulo Guedes.

Nº 422/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.960/2016, do deputado Paulo Guedes.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Sávio Souza Cruz.

Questão de Ordem

O deputado Carlos Pimenta – Agradeço a deferência a V. Exa., mas trago uma péssima notícia que recebemos hoje em relação ao recurso da bancada dos deputados federais de Minas Gerais, que haviam destinado R\$19.000.000,00 para dar continuidade ao processo de desapropriação da Barragem de Jequitaiá. Hoje fui surpreendido pelo deputado federal Diego Andrade, coordenador da bancada de Minas Gerais, informando que esses recursos serão redestinados para outras ações. São atitudes iguais a essas que nos causam muito pesar, dor e tristeza. A Barragem de Jequitaiá, caro Mauro Tramonte, foi projetada há 30 anos. O governo da presidente Dilma, antes das eleições para o segundo mandato, chegou a Jequitaiá e fez uma festa autorizando o reinício das obras, e as empresas entraram com as máquinas. Foi ela ganhar as eleições, e as empresas vazaram, não ficaram lá. Presidente, a barragem vai trazer a regularização do Rio São Francisco. Quando o nível estiver baixo, soltam-se as águas da Barragem de Jequitaiá para regularizá-lo. Há um projeto de assentamento de 35.000ha na frente do barramento. Isso vai gerar energia elétrica para a região, e a barragem nunca consegue sair do papel. Quando se conseguem os R\$19.000.000,00, que é o que falta para pagar às pessoas que estão sendo desapropriadas, para, efetivamente, colocar o dinheiro no orçamento da União, vem essa triste notícia. É o preço que o Norte de Minas está pagando por não eleger uma bancada de deputados federais que defenda aquela região. São apenas dois deputados federais, e eles deixaram passar batido. Jequitaiá não vai sair, Berizal está paralisado, e a Barragem de Congonhas morreu no nascedouro, não vai para a frente. É isso aí. O Norte de Minas é um cemitério de barragens, e faz parte dessa realidade a Barragem de Jequitaiá, que teve covardemente os recursos retirados pela bancada de deputados federais de Minas Gerais para serem redistribuídos para outras ações e regiões. Obrigado.

Oradores Inscritos

– Os deputados Sargento Rodrigues, Cleitinho Azevedo, Betão e Mauro Tramonte proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 horas para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte e à 1ª Fase da Ordem do Dia, passa-se à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, é só para registrar que hoje o nosso clube América, que é o grande clube de todos os mineiros, está completando 107 anos de sua fundação. Estamos, portanto, fazendo aniversário hoje. Então, não poderia deixar de aqui parabenizar todos os torcedores americanos, todos aqueles que acreditam num futebol melhor, pois, no América, não fazemos só futebol, mas cidadãos para o futuro. Então, parabenizo, mais uma vez, o nosso América mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências. Designado relator em Plenário, o deputado João Magalhães fez uso do prazo regimental e emitiu parecer sobre o projeto e as emendas recebidas antecipadamente, opinando pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1, apresentado pelo governador do Estado, e as Emendas nºs 21, 22, 23, 26, 61, 69, 70, 71, 75, 82, 84, 101 a 104, 145, 147, 148, 149, 160, 164, 174, 177, 204, 205, 207, 211, 222, 243, 244, 245, 247, 249, 253, 255, 260, 261, 262, 264 e 265, tendo o relator opinado pela rejeição das demais emendas apresentadas. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para continuar a discutir, o deputado Cristiano Silveira, que ainda dispõe de 7min45s para o seu pronunciamento.

– Os deputados Cristiano Silveira e Doorgal Andrada proferem discursos, discutindo o projeto, os quais serão publicados em outra edição.

O presidente – A presidência informa ao plenário que está esgotada a hora destinada a esta reunião.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que está encerrada, nos termos do art. 274 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019, uma vez que permaneceu em ordem do dia por quatro reuniões.

No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto mais noventa e oito emendas, sendo uma dos deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Bruno Engler, Celinho Sintrocel, Coronel Henrique, Coronel Sandro, Delegado Heli Grilo, Doorgal Andrada, Doutor Paulo, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Osvaldo Lopes, Repórter Rafael Martins, Zé Guilherme, Zé Reis e Sargento Rodrigues e das deputadas Delegada Sheila e Ione Pinheiro; uma da deputada Leninha e dos deputados Carlos Pimenta, Tadeu Martins Leite e Zé Reis; oito do deputado Betão; cinco do deputado Alencar da Silveira Jr.; duas das deputadas Ana Paula Siqueira e Delegada Sheila e dos deputados Cássio Soares e Gustavo Mitre; quatro do deputado João Leite; duas do deputado Dalmo Ribeiro Silva; duas do deputado Raul Belém; duas da deputada Delegada Sheila; uma do deputado Delegado Heli Grilo; duas da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Celinho Sintrocel; duas da deputada Ana Paula Siqueira; uma dos deputados André Quintão e Ulysses Gomes; duas do deputado Sargento Rodrigues; uma dos deputados André Quintão, Ulysses Gomes, Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Elismar Prado, Gustavo Santana, Léo Portela, Marquinho Lemos e Professor Cleiton e das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Leninha e Marília Campos; três do deputado Sávio Souza Cruz; uma do deputado Antonio Carlos Arantes; uma da deputada Marília Campos; quatro do deputado Noraldino Júnior; uma da deputada Ione Pinheiro e dos deputados André Quintão, Antonio Carlos Arantes e Zé Guilherme; três do deputado Coronel Sandro; seis do deputado Doorgal Andrada; uma do deputado Duarte Bechir; uma do deputado Neilando Pimenta; uma da deputada Andréia de Jesus; uma do deputado Cristiano Silveira; uma dos deputados Ulysses Gomes, Antonio Carlos Arantes, Cristiano Silveira, Duarte Bechir e Professor Cleiton; e trinta e oito do Governador do Estado.

A presidência, nos termos do inciso I do art. 228 do Regimento Interno, informa ao Plenário que deixou de receber, por tratarem de assunto não versado na proposição principal, as Emendas n°s 314 e 315, do deputado Doorgal Andrada; a Emenda n° 316, do deputado Duarte Bechir; e a Emenda n° 321, do deputado Coronel Sandro.

A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, informa ao Plenário que deixou de receber a Emenda n° 308, do deputado Noraldino Júnior, por guardar identidade com a Emenda n° 192.

As Emendas n°s 282, 313, 319 e 365 foram retiradas pelos autores.

Nos termos §2º do art. 145 do Regimento Interno, a presidência designará, em momento oportuno, o relator da matéria.

– O teor das emendas recebidas e não recebidas foi publicado na edição anterior.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de logo mais, às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de quinta-feira, dia 2 de maio, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/4/2019

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Doorgal Andrada e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 4.464/2017 (relator: deputado Doorgal Andrada) e 5.485/2018 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/4/2019

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no Diário do Legislativo nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (22/3/2019); Leonardo Duque Barbabela, promotor de justiça da 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte (4/4/2019); Juliano Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto (22/3/2019); e Mário José Correia Santos, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais (23/3/2019). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei n° 5.396/2018, no 1º turno, e designa como relator o deputado João Leite. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de

pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 5.396/2018. Registra-se a saída do deputado Bruno Engler e a presença do deputado Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMTH). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 681, 683, 712, 719, 723, 724, 729, 730, 734 a 738/2019. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.464/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.424/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Administração Prisional em exercício e ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre a quantidade de demissões e contratações de agentes penitenciários ocorridas no Estado em 2018 e 2019; sobre a existência de previsão de nomeações de concursados para o próximo período; sobre a possibilidade legal, não havendo nomeações de concursados, de renovação dos contratos em vigor, cujo vencimento se aproxima, e, havendo essa possibilidade, sobre a intenção do Estado de renovar os referidos contratos;

nº 1.476/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja realizada audiência pública para debater a Instrução Técnica nº 12 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que detalhou ainda mais a aplicabilidade da Portaria nº 33/2018 e da Lei nº 22.839, de 2018;

nº 1.485/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplog – e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a imediata nomeação dos 184 candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos de delegado de Polícia Civil regido pelo Edital nº 01/2018, com a realização de um único curso de formação;

nº 1.488/2019, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações com a Convenção Batista Mineira pela atuação na tragédia do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho;

nº 1.498/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Diretoria Executiva da Vale S.A. pedido de providências para o imediato fornecimento dos equipamentos e insumos indispensáveis à identificação das vítimas da tragédia de Brumadinho, ocorrida no dia 25/1/2019.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à concessionária Valore Fiat, no Município de Betim, realizada em 2/4/2019, que vai publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada hoje, às 15h30min, e amanhã, às 11h30min, para receber, discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – Léo Portela.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: Concessionária Valore Fiat, em Betim

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 890/2019, do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 2/4/2019, o pátio da Concessionária Valore Fiat, no Bairro Nova Baden, em Betim, para verificar as condições das

viaturas da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – que lá se encontram e solicitar informações quanto à data de aquisição dos veículos, o tempo que estão ali estacionados, sob a guarda de quem e por que ainda não foram distribuídos às unidades policiais, carentes de estrutura adequada para a garantia da segurança pública nos municípios do Estado.

O deputado Sargento Rodrigues foi acompanhado pelo Sr. Frederico Nogueira Silva, gerente da Concessionária Valore Fiat.

Relato

Inicialmente, o deputado esclareceu ao Sr. Frederico Nogueira Silva, gerente da Concessionária Valore Fiat que o recepcionou, que a visita se destinava a verificar denúncia de que viaturas da PMMG estariam no local sem utilização, paradas há muito tempo. Assim, explicou que a comissão precisava verificar as condições das viaturas que se encontram no pátio e obter informações quanto à data de aquisição dos veículos, o tempo que estão ali estacionados, sob a guarda de quem e por que ainda não foram distribuídos às unidades policiais, carentes de estrutura adequada para a garantia da segurança pública nos municípios do Estado.

O gerente da concessionária explicou que, no fim do ano passado, o governo do Estado adquiriu, por meio de processo licitatório, 690 carros do modelo Palio Weekend Adventure, da montadora FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. De acordo com ele, a concessionária cede o espaço para que a Fiat, em conjunto com a empresa homologada pela PMMG e a própria PMMG, preparem esses carros, que chegam somente com o giroflex. Além desse item, é necessário providenciar a instalação de equipamentos de localização e os radiocomunicadores, emplacamento, plotagem com as cores e a marca da PMMG, além de outros itens necessários para se transformarem em viaturas.

O Sr. Frederico Nogueira Silva esclareceu que nenhum carro está parado ali há mais de três meses. Segundo o gerente, os veículos chegam em lotes, são preparados e colocados à disposição da PMMG. No momento da visita, havia 328 viaturas no pátio, algumas prontas e outras em processo de preparação. Esclareceu ainda que algumas unidades já foram entregues aos batalhões e outros 300 veículos chegariam à concessionária em breve para serem equipados.

O deputado Sargento Rodrigues ouviu as explicações do gerente da concessionária enquanto percorria o pátio no qual as viaturas estavam sendo preparadas e pôde observar várias etapas desse processo de preparação. Apesar de não ter encontrado ali nenhuma irregularidade flagrante, o deputado afirmou que pretende conhecer o edital de licitação que amparou a aquisição dos veículos e solicitar que o processo de entrega dos carros ocorra com a maior brevidade possível.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca da denúncia de que viaturas da Polícia Militar estariam no local sem utilização e colhido informações sobre o processo de preparação dos veículos para entrega aos batalhões.

Em razão disso, foram apresentados requerimentos para envio de ofícios ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais com o seguinte teor:

– pedido de providências para que finalizem, com a máxima urgência, a preparação das viaturas que estão sendo equipadas na Concessionária Valore Fiat, considerando-se a necessidade de disponibilizá-las às unidades da PMMG para a realização do policiamento ostensivo;

– pedido de informações consubstanciado em cópia do processo de licitação de viaturas fornecidas pela FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, relator.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/4/2019

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Henrique, Inácio Franco e Betinho Pinto Coelho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 5.108/2018 e 460/2019 (relator: deputado Inácio Franco) e 5.411/2018, com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Tito Torres), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 679/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.183 e 1.330/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.499/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para viabilizar recursos com vistas a implementar tecnologias sociais de primeira água e segunda água, de modo a atender à população atingida pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 1.595/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Vale pedido de providências para que seja realizada campanha de informação tendo como público-alvo a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o objetivo de desmentir a condição de contaminação sistêmica de alimentos produzidos no Município de Brumadinho nos municípios banhados pelo Rio Paraopeba e pela Represa de Três Marias;

nº 1.597/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho, instituído pelo Decreto nº 176, de 2019, e à Vale pedido de providências para que seja realizado o reassentamento, em caráter de urgência, dos produtores rurais do Município de Brumadinho que tiveram suas áreas de produção atingidas pela lama proveniente da barragem de rejeitos de mineração da Vale rompida em 25 de janeiro de 2019;

nº 1.603/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Vale pedido de providências para que seja apoiado o projeto Flores para Brumadinho, em desenvolvimento pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como alternativa de diversificação econômica regional, tendo como público-alvo os produtores rurais afetados pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração nesse município;

nº 1.604/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para que seja franqueado o acesso dos promotores de justiça e dos defensores públicos do Estado aos parâmetros estabelecidos no termo de compromisso assinado pela Vale para o cálculo de indenizações individuais em acordos extrajudiciais a serem firmados com os atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora, em 25 de janeiro de 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Coronel Henrique, presidente – Betinho Pinto Coelho – Gil Pereira.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/4/2019

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Wendel Mesquita, Doutor Paulo, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.391/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para o cadastramento de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais para as autoescolas de Araxá e região, a fim de acompanhar o candidato na realização da prova escrita de legislação de trânsito;

nº 1.581/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – em Belo Horizonte pedido de providências para que seja feito o repasse dos recursos necessários para o funcionamento do Programa de Intervenção Precoce Avançado – PIPA –, da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, tendo em vista que o repasse de recursos está atrasado desde 2017;

nº 1.585/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam incluídos no orçamento do Estado os recursos necessários para dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelas Apaes;

nº 1.586/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para oferecer cursos de formação continuada sobre a Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil) para que as Apaes obtenham as orientações necessárias para elaborar projetos destinados à celebração de termos de cooperação e de termos de fomento;

nº 1.587/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pela regularização no repasse dos recursos referentes à execução dos serviços de Casa Lar pelas Apaes no Estado;

nº 1.588/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para avaliar a possibilidade de ampliar para todas as regiões do Estado as iniciativas de aprendizagem ao longo da vida desenvolvidas pelas Apaes dos Municípios de Belo Horizonte e Pará de Minas;

nº 1.589/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar os Centros-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência em todo o Estado, com garantia de cofinanciamento para esses serviços;

nº 1.590/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a inclusão escolar das pessoas com deficiência;

nº 1.596/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma da previdência social para as pessoas com deficiência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Professor Cleiton – Zé Guilherme

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/4/2019

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Professor Irineu, Celinho Sintrocet, Cleitinho Azevedo e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Virgílio Guimarães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência, a requerimento do relator, o Projeto de Lei nº 5.280/2018 no 1º turno, ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.340, 1.344, 1.349, 1.397 e 1.416/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.550/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a instalação de redutores de velocidade na Rodovia Valdir Freitas, MG-285, próximo à entrada do Bairro Recanto das Palmeiras, antes da curva que dá acesso ao Bairro Granjaria, no acesso a Cataguases;

nº 1.578/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada audiência pública para debater os contratos e as denúncias envolvendo a gestão da empresa Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas, principalmente com as obras e a administração do Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Celinho Sintrocet.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/4/2019

Às 16h1min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota, Glaycon Franco e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de e-mail anônimo enviado pelo Fale Com as Comissões solicitando que os deputados atuem junto ao Poder Executivo para redução das alíquotas de ICMS dos combustíveis no Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.497/2019.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 1.531/2019, do deputado Thiago Cota, em que requer seja realizada audiência pública para debater a sistemática da economia criativa e seus impactos para a economia mineira.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Estado de Turismo, realizada em 3/4/2019, que vai publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Thiago Cota, presidente – Fábio Avelar de Oliveira – Laura Serrano.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Finalidade: Conhecer o planejamento das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Turismo para os próximos anos

Local visitado: Sala de Reuniões 6, 8º andar, Edifício Gerais – Cidade Administrativa – Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo aos Requerimentos de Comissão nº 399/2019, do deputado Thiago Cota, e nº 465/2019, dos deputados Thiago Cota e Glaycon Franco, a Comissão de Desenvolvimento Econômico visitou, em 3/4/2019, às 12 horas, a Cidade Administrativa, no Município de Belo Horizonte.

Participaram da visita a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota, Glaycon Franco e Virgílio Guimarães. Também estiveram presentes o Sr. Manoel Vitor de Mendonça Filho, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; a Sra. Vanice Ferreira, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; o Sr. Rafael Almeida, superintendente de Políticas de Turismo da Secretaria de Estado de Turismo; e o Sr. Gustavo Vieira, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Governo.

Relato

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico agradeceu a cortesia da visita dos parlamentares à sede do Poder Executivo Estadual e destacou a necessidade do trabalho conjunto com a Assembleia Legislativa em prol de Minas Gerais, apontando o papel importante dos deputados na interlocução com a sociedade. Afirmou que, em virtude do pouco tempo no cargo, ainda há partes do planejamento do órgão que estão sendo elaboradas. Salientou que o governo deverá trabalhar com três focos: a melhoria fiscal, de forma a permitir a atuação finalística do poder público; as políticas de educação, saúde e segurança; e a recuperação do protagonismo econômico e tecnológico de Minas Gerais, em que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico terá papel importante.

Para alcançar esse último objetivo, o secretário afirmou que a atração de empresas será a diretriz de atuação da pasta. Em especial, compartilhou a meta de transformar Minas Gerais em uns dos principais destinos de investimento no País. Ressaltou que, em 100 dias de atuação, a secretaria já foi capaz de atrair quatro grandes investimentos, num total de R\$ 2,6 bilhões, e que deverão gerar cerca de 1.350 empregos diretos. Esclareceu que uma das razões desse sucesso é a disposição de dialogar com empresas interessadas. Detalhou que dois desses projetos de investimento são ligados ao setor cervejeiro, que escolheram Minas Gerais, entre outros motivos, pelo tamanho do mercado consumidor local e pela boa qualidade da água disponível.

Observou que outro setor com potencial para continuar a se desenvolver no Estado é o de geração de energia solar fotovoltaica e, em consequência, de seus componentes. Lembrou que Minas Gerais tem características naturais de insolação que favorecem a instalação de usinas desse tipo, além da presença consolidada da Cemig e de sua rede de transmissão e distribuição, que possibilitam o uso da energia solar a custo relativamente baixo quando comparado a outros estados.

O secretário destacou também a importância do setor de ciência, tecnologia e inovação. Assinalou que, apesar de diversos agentes, públicos e privados, atuarem em pesquisa e inovação no Estado, há pouco diálogo entre eles, o que dificulta o desenvolvimento do setor. Afirmou que a secretaria está trabalhando de forma a facilitar o diálogo entre esses agentes e a apoiar o

avanço tecnológico de Minas Gerais. Apontou, entretanto, que o desenvolvimento tecnológico e de novos setores não deve suplantar vocações tradicionais do Estado, como a atividade minerária, e, sim, que todos devem avançar conjuntamente.

Alertou que, com vistas à recuperação fiscal, uma prioridade do governo, será necessário privatizar estatais, provavelmente a Cemig e a Copasa. Lembrou que a privatização dessas empresas é exigência do governo federal para participar do chamado Regime de Recuperação Fiscal, ao qual Minas deverá aderir. Entretanto, disse que, devido a antigos problemas de gestão, essas empresas atualmente estão com valor abaixo do seu potencial de mercado. Para ele, a Cemig, com valor estimado em R\$ 20 bilhões no momento, poderia valer R\$ 35 bilhões; já a Copasa, avaliada em R\$ 8 bilhões, poderia chegar a algo próximo de R\$ 14 bilhões. Dessa forma, segundo ele, simultaneamente à preparação da venda desses ativos, está sendo realizado trabalho de melhoria de gestão, de forma a maximizar seu valor para eventual venda. Destacou ainda que a Assembleia terá papel essencial para a discussão dos termos do Regime de Recuperação Fiscal.

Ao final de sua explanação, ele tratou da importância da melhoria do ambiente de negócios para a atração de investimentos para o Estado e sua retenção aqui. Afirmou, nesse sentido, que somente a concessão de incentivos fiscais não é capaz nem de atrair nem de reter investimentos.

Por sua vez, o superintendente de Políticas de Turismo da Secretaria de Estado de Turismo, Rafael Almeida, apontou que esta é uma atividade econômica com potencial elevado de geração de renda e de empregos. Deu o exemplo de Portugal, país que teria priorizado o desenvolvimento do turismo como estratégia de superação de crise econômica, obtendo bons resultados. Julgou importante a atuação próxima do Poder Executivo com a Assembleia e com a Comissão de Desenvolvimento Econômico. Destacou a importância do aumento do repasse de ICMS aos municípios por meio do critério “turismo”, para o que pediu apoio dos parlamentares.

Em suas intervenções, o deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, destacou o impacto negativo que a interrupção das atividades minerárias vem causando ao Estado. Para além das consequências mais aparentes na queda da arrecadação municipal e no encolhimento do mercado de trabalho, lembrou que a paralisação afeta também projetos de desenvolvimento local, de responsabilidade social e mesmo o setor de saúde, visto que as mineradoras e suas contratadas em geral oferecem plano de saúde a seus funcionários. Ratificando o que disse o secretário, afirmou que diversificar a economia do Estado não significa que a mineração não deve também continuar a se desenvolver, com melhorias tecnológicas e de segurança. O deputado afirmou que o momento é propício para se discutirem novas contrapartidas da atividade minerária, como o fomento ao setor de turismo e de hospitalidade, que tem sido afetado tanto pelos acidentes minerários quanto pela paralisação das empresas.

O deputado Glaycon Franco, vice-presidente da comissão, entre outros pontos defendeu a importância da simplificação do processo de licenciamento de empreendimentos econômicos, citando como o exemplo do setor da suinocultura, bastante afetado negativamente por exigências burocráticas. Apontou que a melhoria do ambiente de negócios é elemento importante para a diversificação produtiva do Estado. Mostrou-se preocupado também com o impacto da guerra fiscal, principalmente na região da Zona da Mata, devido à atuação do Estado do Rio de Janeiro. Salientou a importância da mineração para o desenvolvimento da região do Alto Paraopeba e defendeu que Minas Gerais invista na criação de um polo de desenvolvimento tecnológico de siderurgia e mineração. Ao mesmo tempo, enfatizou a importância dos setores da economia criativa e do artesanato como forma de promover a diversificação produtiva. Destacou também a necessidade de se valorizarem os circuitos turísticos de Minas Gerais, como forma de se apoiar o desenvolvimento turístico no Estado.

A deputada Laura Serrano defendeu a necessidade urgente de melhoria do ambiente de negócios no Estado, destacando a importância da desburocratização e iniciativas como a PEC da Desburocratização. Defendeu ainda a importância da atração de novos investimentos para o Estado, inclusive por seus reflexos positivos para a arrecadação e a situação fiscal do governo.

O deputado Virgílio Guimarães sustentou que, após os acidentes minerários ocorridos no Estado, a adoção de técnicas mais modernas de gestão de barragens é urgente. Também defendeu a tese de que não é apropriado demonizar a mineração, mas, sim, priorizar o desenvolvimento da atividade com o uso de técnicas modernas e mais seguras. Frisou o potencial do norte de Minas para a geração de energia por meio de usinas solares fotovoltaicas. E observou que a melhoria da situação de Minas não depende apenas de medidas como o regime de recuperação, mas também da própria retomada da economia mineira. Alertou, por fim, que o Regime de Recuperação Fiscal não funcionou de forma adequada no Estado do Rio de Janeiro, pioneiro na adesão a esse tipo de medida, e que devem ser buscadas formas para que sua eventual adoção em Minas Gerais seja eficiente.

Conclusão

A visita cumpriu seu objetivo, que foi o de conhecer os projetos das duas secretarias para fomentar o desenvolvimento econômico do Estado. Os deputados e também os representantes do Poder Executivo consideraram a visita positiva. Destacaram a importância do diálogo entre os dois Poderes para o avanço de propostas importantes para o Estado, que incluem iniciativas complexas, como é o caso do Regime de Recuperação Fiscal. Concordaram também com a relevância do fortalecimento da economia mineira, destacando o papel da atração de investimentos para se alcançar esse objetivo.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2019.

Thiago Cota, relator.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/4/2019

Às 16h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Guilherme, Coronel Henrique, Fábio Avelar de Oliveira e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Professor Cleiton. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.204/2016, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Mário Henrique Caixa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 533/2019 (relator: deputado Zé Guilherme), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.474/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada visita ao Estádio Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho), em Belo Horizonte, para verificar as condições atuais de suas instalações;

nº 1.475/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Governo pedido de informações sobre o Projeto de Lei nº 367/2019, no que diz respeito à extinção da Superintendência de Gestão de Estruturas Esportivas sem a explicitação de qual órgão ou unidade administrativa assumirá as atribuições dessa superintendência;

nº 1.501/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado a Secretaria de Estado de Esportes – Seesp – pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na infraestrutura e na manutenção do Estádio Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho);

nº 1.502/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania pedido de providências para que encaminhe a todos os municípios mineiros a cartilha por ela publicada em

abril, que contém informações sobre todos os programas disponíveis na área do esporte e apresenta a definição de cada programa, seu público-alvo e a forma de pleitear os recursos disponíveis;

nº 1.605/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. pedido de informações sobre os critérios adotados para o estabelecimento dos preços dos alimentos e das bebidas comercializados durante as partidas de futebol realizadas no Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão; e sobre os valores atualmente cobrados pelos referidos alimentos e bebidas;

nº 1.606/2019, dos deputados Professor Cleiton e Coronel Henrique, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Cruzeiro Esporte Clube pela conquista do Campeonato Mineiro de Futebol em 2019;

nº 1.607/2019, dos deputados Coronel Henrique, Fábio Avelar de Oliveira, Zé Guilherme e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir o Sr. Marcelo Sena Jaques, diretor da Associação Movimenta Brasil.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Zé Guilherme, presidente – Coronel Henrique – Mauro Tramonte.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/4/2019

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta, Charles Santos, Bartô e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir, na condição de testemunhas, os Srs. Sebastião Gomes, Elias de Jesus Nunes e Waldison Gomes da Silva, sobreviventes do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, bem como a Sra. Maria Regina Moretti e o Sr. Fernando Alves Lima, sócios da empresa Potamos Engenharia e Hidrologia, a fim de prestarem depoimentos perante a comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Cel. PM Evandro Geraldo Ferreira Borges, em resposta ao pedido formulado no Requerimento nº 826/2019, aprovado pela comissão; do Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em resposta ao pedido formulado no Requerimento nº 903/2019, aprovado pela comissão, informando os gastos envolvidos com operação de resgate no Município de Brumadinho até o presente momento; da Sra. Adriana Augusta de Moura Souza, procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, em resposta ao pedido formulado no Requerimento nº 727/2019, aprovado por esta Comissão, encaminhando cópia do inquérito que investiga as repercussões trabalhistas decorrentes do rompimento da barragem em Brumadinho; do Sr. Germano Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente, em resposta aos pedidos formulados nos Requerimentos nº 902 e 744/2019, aprovados pela comissão, encaminhando os documentos solicitados; da Vale, em resposta aos pedidos formulados nos Requerimentos nº 827/2019, aprovado pela comissão, encaminhando os documentos solicitados. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a prestar depoimento, na seguinte ordem, os Srs. Sebastião Gomes, sobrevivente do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão Brumadinho; Elias de Jesus Nunes, sobrevivente do rompimento da

Barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho; Waldison Gomes da Silva, sobrevivente do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho; Sra. Maria Regina Moretti, funcionária da Potamos Engenharia e Hidrologia, e Sr. Fernando Alves Lima, sócio da Potamos Engenharia e Hidrologia. A presidência concede a palavra ao relator e aos demais deputados membros da CPI para seus questionamentos. Logo após, passa a palavra aos convocados, para que respondam aos questionamentos. Segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.425, 1.479 e 1.480/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.667/2019, dos deputados Glaycon Franco, Sargento Rodrigues, André Quintão, Bartô e Gustavo Valadares, em que requerem sejam requisitadas à Vale providências para que forneça ao Sr. Waldison Gomes da Silva, bem como aos demais funcionários terceirizados vitimados pelo rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, o mesmo tratamento médico, psiquiátrico e psicológico oferecidos aos funcionários atingidos pelo rompimento da barragem;

nº 1.678/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Bartô, Glaycon Franco e Gustavo Valadares, em que requerem sejam requisitadas ao governador do Estado e à Vale providências para que forneçam ao Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com a máxima brevidade, o material (equipamentos e insumos) necessário para agilizar e concluir os trabalhos de identificação das vítimas do rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, conforme Ofício PCMG/GAB-ICMG nº 61/2019 e planilhas anexas.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.668/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Bartô, André Quintão, Glaycon Franco e Gustavo Valadares, em que requerem sejam requisitadas à Potamos Engenharia e Hidrologia providências para que forneça todos os documentos relacionados às análises e estudos envolvendo a Barragem B1 do Córrego do Feijão, em Brumadinho, mencionados pela Sra. Maria Regina Moretti, na 5ª Reunião Ordinária da comissão, em 25/4/2019;

nº 1.679/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Glaycon Franco e André Quintão, em que requerem sejam requisitadas à Potamos Engenharia e Hidrologia a apresentação dos estudos de ruptura hipotética da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, mencionados pelo Sr. Fernando Alves Lima na 5ª Reunião Ordinária da Reunião, em 25/4/2019.

Deixa de ser recebido pela Presidência, nos termos do art. 173, inciso II, do Regimento Interno, o Requerimento nº 1.669/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para exonerar, a bem do serviço público, o Sr. Adriano Magalhães Chaves do cargo de secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – André Quintão – Sargento Rodrigues – Noraldino Júnior – Beatriz Cerqueira.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/2019, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o modelo de privatizações adotado pelo atual governo e as suas consequências para a classe trabalhadora.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 30/4/2019, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Marleide de Miranda Zile, ocorrido em 24/4/2019, em Curvelo. (– Ciente. Oficie-se.)

**MANIFESTAÇÃO****MANIFESTAÇÃO**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, a seguinte manifestação:

de congratulações com a Bevap Bioenergia por ter recebido o prêmio Campeã de Produtividade Agrícola do Estado de Minas Gerais na Safra 2018/2019, concedido pelo Centro de Tecnologia Canavieira – CTC – e pelo Instituto de Desenvolvimento Agroindustrial – Idea (Requerimento nº 679/2019, do deputado Bosco).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 29/4/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1º/5/2019, que exonerou Carlos Alberto Fernandes Modesto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1º/5/2019, que nomeou Ailton Barbosa Lima, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1º/5/2019, que nomeou Fabio Luis Moreti Pereira, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

exonerando Adriana Cangussu Milagres, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

exonerando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Ariolene Feacador de Assis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Ezequiel Lucas Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Fabiana Reis e Silva, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Rebeca Costa Brandão Honorato, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Adriana Cangussu Milagres, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Ariolene Feacador de Assis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Dalia Rizel Nogueira, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

nomeando Eliene Conceição Cunha de Carvalho, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Ezequiel Lucas Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Fabio Luis Moreti Pereira, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Filipe Reis e Silva, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Rebeca Costa Brandão Honorato, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso.

TERMO DE CONTRATO Nº 21/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Gente Seguradora S.A. Objeto: seguro coletivo de acidentes pessoais para servidores da contratante que viajam a serviço. Vigência: 12 meses, contados a partir de 1º/5/2019. Licitação: Pregão Eletrônico nº 5/2019. Dotação orçamentária: 1011011227012009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 25/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rocam Móveis Ltda. – ME. Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva e reforma de mobiliário, com fornecimento de peças. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 009/2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 16/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Milênio Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade, com fornecimento de peças e componentes. Objeto do aditamento: acréscimo de 16,67% no valor global do Contrato nº105/2017, decorrente do acréscimo de uma plataforma elevatória de acessibilidade. Vigência: a partir da data de sua assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/3/2019, na pág. 32, onde se lê:

“Lavater Pontes Neto”, leia-se:

“Lavater Pontes Junior”.

E onde se lê:

“Maria da Conceição Aparecida”, leia-se:

“Maria Conceição Aparecida”.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 367/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/4/2019, na pág. 60, nas Emendas nºs 70 e 71, antes das respectivas justificativas, acrescente-se o seguinte:

“Fernando Pacheco (PHS) – Raul Belém (PSC).”.

E, na pág. 86, suprima-se a Emenda nº 135.

EMENDAS NÃO RECEBIDAS AO PROJETO DE LEI Nº 367/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/4/2019, na pág. 150, na Emenda nº 173, antes da justificativa, acrescente-se o seguinte:

“Professor Wendel Mesquita (Solidariedade)”.

Na pag. 152, após a Emenda nº 217, acrescente-se o seguinte:

“– A presidência, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte emenda:

EMENDA Nº 135

“Acrescente-se alínea ao inciso III do arts. 26, com a seguinte redação:

“Art. 26, III (...);

d) (...);

Superintendência de Políticas para as Mulheres, com duas diretorias a ela subordinadas.”.

Sala das Reuniões, 2 de abril de 2019.

Andréia de Jesus (Psol).”.

E, nas pág. 165, 166 e 167, suprima-se a Emenda nº 79, iniciada na mesma linha das assinaturas da Emenda nº 267.

PARECER SOBRE AS EMENDAS NºS 270 A 323 E 362 A 367 E SOBRE AS EMENDAS CONTIDAS NA MENSAGEM Nº 19/2019 DO GOVERNADOR DO ESTADO, APRESENTADAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 367/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/5/2019, na pág. 98, no último parágrafo da fundamentação, onde se lê:

“dos deputados Delegada Ana Paula Siqueira, Cássio Soares e Gustavo Mitre”, leia-se:

“das deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e dos deputados Cássio Soares e Gustavo Mitre”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 431/2019

Comissão de Constituição e Justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/5/2019, na pág. 165, nas assinaturas, onde se lê:

“Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola, relatora – Charles Santos – Guilherme da Cunha – Ana Paula Siqueira”,
leia-se:

“Celise Laviola, presidente – Charles Santos, relator – Dalmo Ribeiro Silva – Guilherme da Cunha – Ana Paula Siqueira”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 140/2019

Comissão de Constituição e Justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/5/2019, na pág. 179, após o título “Conclusão”, acrescente-se o seguinte:

“Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 140/2019”.